



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MUNICIPAL - IPAM

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
CONSELHO GESTOR DO IPAM

ATA Nº 20/2009

Aos vinte dias do mês de julho de dois mil e nove, às nove horas e quinze minutos, na sala de reuniões do IPAM, em Reunião Extraordinária, verificado o quórum, reuniram-se os seguintes membros do Conselho Gestor do IPAM-SAÚDE: Carlos Alberto Rodrigues Machado, José Marly dos Santos Brando, Eliane Silvestrin Saretta, Gustavo Valente Ruivo, João Dorlan da Silva e Pedro Vanzin Filho, conselheiros titulares, juntamente com os conselheiros suplentes, José Carlos Matos, e Gislane Ramos da Silva Sabedotti. Foram convidados a participarem da reunião o Sr. Abelardo Cavalcanti, Coordenador Médico, e o Sr. Osvaldo Cardoso de Siqueira, Diretor Administrativo do IPAM-Saúde. Brando iniciou a reunião apresentando a pauta: 1º. A liberação de exames solicitados por médicos não credenciados junto ao Instituto; 2º. Leitura e assinatura da Ata dezoito; 3º. Parecer da Jurídica sobre a cobertura dos exames quando o usuário estiver baixado; 4º. Agendar as datas e horários das reuniões do mês de agosto; 5º. O e-mail enviado pelo Sr. Pedro. Após ele esclareceu que o Osvaldo e o Abelardo foram convidados em função da situação que estamos enfrentando, que diz respeito aos exames que são requisitados por profissionais não credenciados. Acrescenta que na nossa legislação o artigo dezoito, trata desta matéria. Esclarece que este Conselho tomou como norma de trabalho sempre que houver uma demanda ouvir os profissionais que trabalham dentro do Instituto. Abelardo solicitou que fosse lido o parágrafo mencionado. Eliane leu o artigo que diz que "O IPAM-SAÚDE organizará os serviços de assistência médica que será feita de modo a assegurar o tratamento médico aos seus beneficiários por profissionais, instituições credenciadas ou serviços próprios, na forma estabelecida no Regulamento". Abelardo menciona que o artigo está sendo cumprido. Lembra aos Conselheiros que recebeu uma ordem específica liberando as requisições de exames e receitas dos profissionais de homeopatia. Para ele existem duas situações: a primeira se refere as pessoas que residem em Caxias e a segunda diz respeito aos aposentados que moram fora. Em sua opinião, para as pessoas que comprovadamente não moram em Caxias, esta situação deveria ser revista. Para o Abelardo, quem mora em Caxias não deveria ter a liberação tendo em vista que esta consulta poderá gerar exames e eventualmente uma cirurgia. Acrescenta que se liberarmos os exames teremos que liberar os procedimentos e isso poderá provocar o descredenciamento de muitos médicos tendo em vista que caso seja necessário um procedimento cirúrgico o profissional receberá particular do nosso usuário. Eliane destaca que se der algum problema na relação entre o usuário e o profissional não credenciado o Instituto não terá ingerência para intervir. O medo de Abelardo é que ocorra tanto a hospitalização quanto a cirurgia, porque caso ele receba uma particular este valor equivale a mais ou menos a dez pagas pelo convênio, ou seja, não tem porque ser credenciado se ganhará mais atendendo como particular. Eliane acredita que esta situação irá incentivar o descredenciamento, e por conseqüência, o não credenciamento de novos profissionais. Para Dorlan ainda paira uma dúvida quanto à redação do artigo dezoito. Eliane esclarece que a intenção era de que apenas fossem liberados para os credenciados e inclusive a tabela anexa ao Decreto deixa bem claro isso. Abelardo concorda e menciona que tanto essa era a intenção que recebeu a orientação mencionada anteriormente referente aos homeopatas e que atualmente existem no máximo cem pessoas que estão em atendimento nesta área. Brando comentou sobre o convênio de reciprocidade que existia com o IPÊ e, informa que nesta semana será realizado um contato com o Sr. Demétrios, Presidente da ABIPEM, para verificar a possibilidade da retomada deste convênio antes de providenciarmos outro para os atendimentos fora de Caxias. Em relação a isso, Pedro acrescenta que tendo em vista as solicitações realizadas pelos usuários temos que providenciar uma solução o quanto antes porque a tendência é que o número de pedidos aumente. O Conselheiro questiona se o problema seria resolvido caso fossem credenciados

VAZY 1M

MARCIA



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MUNICIPAL - IPAM

todos os profissionais. A esse respeito o Abelardo e o Dorlan concordam que quanto mais profissionais tivermos credenciados melhor para os usuários. Abelardo acrescenta que a liberação deverá ser somente para a área médica. O entendimento do Brando é de que para os não credenciados não serão autorizados os exames e será autorizada a abertura dos credenciamentos para a área médica. Outro aspecto levantado se refere à epidemia da febre suína porque em função do acúmulo de pessoas ele acredita que teremos que pensar em alguma medida. Abelardo esclarece que o acúmulo não está acontecendo, mas que estão tentando contratar outro médico para ajudar a atender a demanda porque, hoje, estão sendo atendidos mais de cem consultas por dia. Brando leu a ata dezoito, que após foi assinada pelos Conselheiros. Ele solicitou uma retificação, pois o Pedro está na condição de titular em substituição do Paulo que solicitou afastamento temporário. Pedro comentou que esteve na Farmácia de IPAM e não encontrou um medicamento que custava em torno de quarenta reais. Carlos informou que teve uma conversa preliminar com os diretores da Farmácia e, conforme esclarecimento por parte deles, a Farmácia não tem estoque somente de medicamentos caros. Reforça a importância que estes casos venham à tona para que possamos cobrar medidas visando uma solução e, corroborando com isso a necessidade que os responsáveis da Farmácia sejam chamados para uma reunião. Para a Eliane a nossa Farmácia não tem mais como nos beneficiar, além de ela não conseguir bons preços como outras conseguem no mercado. Gustavo menciona que já realizou alguns levantamentos onde comprovou que nossos preços não estão tão acima como está sendo mencionado. Eliane manifestou-se que temos que fazer uma licitação para fornecermos os medicamentos utilizados pelos usuários enquadrados no artigo dezoito. Ela acredita que o plano irá lucrar muito com esta medida. Brando leu o parecer da jurídica, datado do dia treze de julho, constante no processo duzentos e sessenta e três de dois mil e nove, que foi aberto a pedido do Conselho Gestor, referente ao documento emitido pelo Dr. Marcio Panceri, Auditor Médico. José Carlos solicitou uma cópia do referido processo para posterior análise. Brando sugeriu um calendário para as reuniões de agosto que foi aceito pelos Conselheiros. As reuniões ficaram agendadas da seguinte forma: 1ª. Dia quatro, terça-feira, às quatorze horas; 2ª. Dia treze, quinta-feira, às nove horas; 3ª. Dia dezoito, terça-feira, às quatorze horas e, 4ª. Dia vinte e sete, quinta-feira, às nove horas. Ficou decidido que a reunião do dia treze será com os diretores da Farmácia do IPAM. Dorlan justifica que não participará da reunião do dia quatro porque estará num Congresso da CUT em São Paulo. Brando apresentou o último ponto da pauta, que é o e-mail enviado pelo Conselheiro Pedro, no dia dez de julho, às quinze horas e trinta e nove minutos. Pedro solicitou que conste que: 1º. Na Ata Onze: Consta que os questionamentos que foram encaminhados para a Procuradoria do Instituto são do Supremo Tribunal de Justiça, ele solicita que seja retificado, pois a instância que proferiu a *decisum* trata-se do Superior Tribunal de Justiça; 2º. Na Ata Quinze: a) Entende ser pertinente mencionar que no início da reunião surgiu a dúvida de a quem competia a coordenação dos trabalhos tendo em vista a ausência, justificada, do Presidente do Conselho Gestor. Ele entende que será oportunamente sanado com a entrada em vigor do Regimento ora em estudo. b) Solicita que constem os seguintes questionamentos no que tange ao Ambulatório: Qual o alcance dos procedimentos? Existe a necessidade de uma sala esterilizada? Existe a necessidade de se nomear um profissional de enfermagem? Qual a necessidade de uma sala de expurgo? Existe a necessidade de se ter um farmacêutico (a) em face da estruturação do almoxarifado? c) No seu entendimento quando o Conselheiro José Carlos sugeriu que o levantamento fosse emitido em papel timbrado acredita se tratar de um pedido não somente para aquele documento, mas todos doravante. Reforça a importância de que todas as informações apresentadas sejam disponibilizadas em papel timbrado, com data e assinatura. 3º. Na Ata Dezoito: Solicita que conste em ata que discutiu-se preservar o Projeto de Lei que já está na colenda Câmara Municipal de Vereadores, sob o risco de retroagir todo o trabalho feito. Caso a demanda da servidora ora requerente seja tecnicamente acolhida pelo Conselho Gestor irá se formular um novo pedido ao Sr. Prefeito e a *posteriore* submetido a apreciação da Casa Legislativa. 4º. Na Ata Dezoito: Acredita ser pertinente constar que argüimos preocupação com relação a quem iria bancar o custo operacional e/ou a maior pela utilização de empresa de saúde conveniada futuramente com o Instituto, em se tratando de atendimentos fora do âmbito do município. Nos assuntos gerais o Carlos menciona que o

NR 792 13



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MUNICIPAL - IPAM

Conselho decidiu que o projeto que está na Câmara não se mexe, e em relação à psicopedagogia temos que retomar o assunto para decidir se iremos elaborar outro projeto tendo em vista a cobrança que está sendo feita por uma usuária. Conforme Pedro é importante antes de decidirmos termos os pareceres. Foi lembrado que a Coordenadora da Psicologia já enviou e foi lido em reunião. Eliane reforça que é necessário o parecer do Coordenador da Psiquiatria, Sr. João Marcos Fruet. Pedro pontua que em relação as demandas: 1º. Temos que deliberar dentro de dados técnicos e, 2º. Na reunião passada teve uma solicitação elaborada por pensionistas e aposentados e em sua opinião eles merecem uma resposta e acredita que o melhor é dizer que iremos licitar uma empresa de saúde que dará uma cobertura para atendimentos fora do município. José Carlos tem muitas dúvidas referentes ao atendimento fora de Caxias e, sua preocupação está no fato de como será realizado o controle destes atendimentos, bem como quais serão os fatores moderadores que serão utilizados. Questiona também se teremos condições de abrir este atendimento fora. Em sua opinião, esta implantação é um processo de médio a longo prazo porque irá depender de alterações na Lei hoje existente. Pedro solicita que conste em ata que o papel do Conselho Gestor não é só apagar incêndios e sim ter um planejamento. Ele considera fundamental o convênio fora do Município, mas questiona como ficará o custo em qualquer convênio. Pedro defende que se a pessoa quiser consultar em Porto Alegre, por exemplo, e a consulta custar quarenta e oito reais, sua opinião é de que o Instituto deverá pagar apenas os vinte e um reais, sendo o restante de responsabilidade do usuário. Ele volta a enfatizar que gostaria que o Conselho visite todos os setores do IPAM para que os membros sejam conhecidos por todos os servidores e, de que seja realizado um levantamento desde janeiro de dois mil e quatro que conste o montante de valores que entrou e o que saiu, para termos uma noção da saúde econômica do plano. Eliane questiona porque o Tribunal de Contas determinou que a Farmácia do IPAM realize licitação de todos os medicamentos e isso nunca foi realizado. Conforme informação isto não é obrigatório devido a Razão Social dela, que tem caráter particular. Eliane acrescenta que mesmo com o desconto fornecido pela Farmácia do IPAM juntamente com o subsídio do Instituto o custo fica acima de outras farmácias. Para ela não são necessárias todas estas filiais, além de que questiona se todas estão dando lucro. No seu entendimento o prejuízo que elas geram é embutido nos preços que pagamos e, tendo em vista que o IPAM é o sócio majoritário, nós é que estamos pagando por isso. Brando solicitou que a Eliane faça um levantamento de dados relativos principalmente no que se refere a medicamentos, para a reunião que será realizada com a farmácia. Pedro questiona o porque que a farmácia não consegue adquirir medicamentos com o custo menor e por que alguns medicamentos não tem estoque. Carlos informa que a filial da Perimetral foi fechada porque dava prejuízo. Outra que será fechada logo será a filial do Bairro Cruzeiro e a terceira que está sendo estudado o fechamento será a do Bairro Pioneiro. Acrescenta que a filial que foi aberta na frente do Museu está dando lucro. Eliane reforça que setenta por cento da conta de reposição é farmácia e entende que enquanto conselheira tem a preocupação de se conseguir o menor preço para o servidor. Salienta que esta conta está sendo corrigida regularmente. Pedro solicita uma tabela de reposição somente do gasto com farmácia. Dorlan solicita que seja dos últimos cinco anos. Nada mais havendo a relatar eu, Márcia de Araujo, encerro a presente ata que será assinada por mim e pelos demais presentes.

gest

MÁRCIA ARAUJO

12/11/11